



HISTÓRIA E MEMÓRIA DE QUILOMBO: RAÍZES, RELATOS DA COMUNIDADE RAMAL DE QUINDIUA EM BEQUIMÃO/MA

Dinalva Pereira Gonçalves¹

Pêdra Paula Pereira Gonçalves²

Resumo: A presente investigação se utiliza da história oral para analisar o processo de formação da comunidade quilombola Ramal de Quindiuá no município de Bequimão, Estado do Maranhão. A partir do contato com a mesma, percebemos que os moradores, em sua maioria, pouco conhecem sobre as suas raízes, e apenas os mais velhos conseguem relatar fragmentos de histórias contadas por seus antepassados. Enfatiza os aspectos econômicos, culturais e religiosos da comunidade em questão, mantidos de forma coletiva e solidária. A metodologia aplicada se sustentou por meio de relatos orais, os quais ajudaram a rememorar e assim registrar, neste trabalho, a história de sua formação. Concluímos que a memória e a identidade são elementos importantes para a permanência dos quilombolas em suas comunidades. Por essa razão, o fortalecimento da memória coletiva de Ramal de Quindiuá, por meio do registro de sua história, reforça os sentimentos de pertencimento étnico e contribui para o reconhecimento e a valorização das suas raízes socioculturais.

Palavras-chave: Comunidade quilombola; História; Memória; Identidade; Relatos orais.

QUILOMBO HISTORY AND MEMORY: ROOTS, REPORTS OF RAMAL DE QUINDIUA COMMUNITY IN BEQUIMÃO/MA

Abstract: The current investigation uses oral history to analyze the development process of the quilombola community named Ramal de Quindiuá, in the town of Bequimão, State of Maranhão. From the contact with them, we realized that most of inhabitants know a little about their own roots and only the elders still report fragments of stories told by their ancestors. It emphasizes the economic, cultural and religious aspects of the community in question, maintained in a collective and cooperative way. The applied methodology was grounded by oral reports, which helped to recall and thus record, in this paper, the history of its formation. We conclude that memory and identity are important elements for the sojourn of quilombola people in their communities. For this reason, the strengthening of Ramal de Quindiuá's collective memory, through the recording of its history, reinforces the feelings of ethnic belonging and contributes to the recognition and appreciation of its socio-cultural roots.

Keywords: Quilombola community; History; Memory; Identity; Oral reports.

HISTOIRE ET MÉMOIRE DE MARRONNAGE: RACINES, RAPPORTS DE LA COMMUNAUTÉ RAMAL DE QUINDIUA À BEQUIMÃO / MA

Résumé: La présente recherche utilise l'histoire orale pour analyser le processus de formation de la communauté marronne Ramal de Quindiuá dans le village de Bequimão, État du Maranhão. À partir de ce contact-là, nous pouvons nous apercevoir que les habitants, pour la plupart, connaissent peu leurs racines, et seuls les plus âgés parviennent à rapporter des fragments d'histoires racontées par leurs ancêtres. Il met l'accent sur les aspects économiques,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica-PPGEEB/UFMA.
E-mail dinalva.ufma@gmail.com

² E-mail pedrapereira.gon@gmail.com



culturels et religieux de la communauté en question, maintenus de manière collective et solidaire. La méthodologie appliquée a été soutenue par des rapports oraux, qui ont aidé à rappeler et donc enregistrer, dans ce travail, l'histoire de sa formation. Nous concluons que la mémoire et l'identité sont des éléments importants pour la permanence des marronnes dans leurs communautés. Pour cette raison, le renforcement de la mémoire collective de Ramal de Quindiuá, en enregistrant son histoire, renforce les sentiments d'appartenance ethnique et contribue à la reconnaissance et à la valorisation de ses racines socioculturelles.

Mots-clés: Communauté marronne; Histoire; Mémoire; Identité; Rapports oraux.

HISTORIA Y MEMORIA DE QUILOMBO: RAÍCES, RELATOS DE LA COMUNIDAD RAMAL DE QUINDIUA EN BEQUIMÃO / MA

Resumen: La presente investigación se utiliza de la historia oral para analizar el proceso de formación de la comunidad de quilombola Ramal de Quindiuá en el municipio de Bequimão, Provincia de Maranhão. A partir del contacto con la misma, percibimos que los habitantes, en su mayoría, poco conocen acerca de sus raíces, y solamente los más viejos consiguen relatar fragmentos de historias contadas por sus antepasados. Enfatiza los aspectos económicos, culturales y religiosos de esta comunidad, mantenidos de forma colectiva y solidaria. La metodología aplicada se sustentó por medio de relatos orales, los cuales ayudaron a recordar y así registrar, en este trabajo, la historia de su formación. Concluimos que la memoria y la identidad son elementos importantes para la permanencia de los quilombolas en sus comunidades. Por eso, el fortalecimiento de la memoria colectiva de Ramal de Quindiuá, por medio del registro de su historia, refuerza los sentimientos de pertenencia étnica y contribuye al reconocimiento y la valorización de sus raíces socioculturales.

Palabras clave: Comunidad quilombola; Historia; Memoria; Identidad; Relatos orales.

INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil persistiu por mais de 300 (trezentos) anos e significou para o negro africano submeter-se ao domínio de senhores, à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, comprados, vendidos, permutados, trocados por mercadorias, doados. Significou, sobretudo, ser condenado às mais precárias e desumanas condições de trabalho nas mais diversas ocupações. Quase tudo aquilo que era produzido, explorado, consumido e exportado no Brasil, tinha a *mão* do africano escravizado (Albuquerque, 2006).

A relação escravizador e escravizado era marcada pela violência e submissão. A resistência surgiu como fruto da repressão, quando o escravo, consciente ou inconscientemente inconformado com sua condição, resistiu das mais variadas formas, dentre elas, as fugas e a formação de quilombos. Individual ou coletiva, de forma espontânea ou planejada, a fuga contribuiu para a formação de comunidades de fujões. Essas comunidades de ex-cativos foram designadas de quilombos,



mocambos e outras denominações regionais (Fiabani, 2005).

Nos mais de 300 anos que vigorou o sistema escravista no Brasil, o quilombo constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos. Marcou sua presença e existiu praticamente em toda a extensão do território do Brasil (Fiabani, 2005, p. 23).

Os quilombos representam espaços onde aconteciam lutas de resistência contra a escravidão e ambientes de socialização dos fugitivos, consolidando dessa forma, relações de socialização através de atividades de subsistência e manifestações culturais.

Posteriormente, com a Abolição da Escravatura, em 1888, o trabalhador escravizado conseguiu sua liberdade civil. No entanto, as condições materiais em que os libertos se encontravam não foram revolucionadas com o fim da escravatura. Alguns continuaram vivendo como posseiros nas áreas de seus quilombos, outros procuraram a sobrevivência, juntando-se às parcelas da população marginalizada, ficando na condição de uma espécie de esquecimento social (Costa, 1998).

Hoje, são muitas as comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil. De acordo com levantamento³ realizado pela Fundação Cultural Palmares, das quase três mil comunidades quilombolas identificadas e certificadas no Brasil, depois da Bahia, o Maranhão é o estado que concentra o maior número delas.

O processo de formação de tais quilombos foi muito diversificado, considerando que alguns se originaram de fugas de cativos, outros por meio de compra ou herança de terras conquistadas por um longo período de trabalho escravo (Fiabani, 2005).

Refletindo sobre as formações das diversas comunidades quilombolas, consideramos relevante o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o conhecimento histórico do processo de formação destas comunidades e para a valorização da sua identidade sociocultural.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2014 na comunidade quilombola Ramal de Quindiuá, situada no município de Bequimão/MA. A pesquisa objetivou resgatar a história da formação desta

³ Este levantamento pode ser observado no: Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). Disponível em <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>



comunidade, uma vez que não foram encontrados quaisquer tipos de registros que possam elucidar a história de formação desse quilombo. Desse modo, efetivamos este estudo que buscou rememorar, através de relatos orais dos mais velhos, a história de formação da comunidade quilombola aqui mencionada. Acreditamos que essa é uma das formas de contribuir para o reconhecimento histórico e a valorização das raízes e identidades socioculturais das comunidades quilombolas.

As histórias das comunidades quilombolas, em muitos casos, acabam se perdendo no tempo e na memória de seus antepassados. Por essa razão, utilizamos como metodologia de pesquisa, os relatos orais para evidenciar vestígios históricos presentes na memória coletiva dos quilombolas da comunidade Ramal de Quindiuá, tentando extrair da memória dos mais velhos as bases teóricas para estruturar uma fonte documental.

Ao se utilizar a memória como fonte, isso viabiliza enxergar o sujeito como ser ativo no processo histórico, pois possui a capacidade de rememorar ou reelaborar a própria história e a história do seu povo. Neste sentido, o presente trabalho se propôs a registrar aspectos da história dessa comunidade que até então não teve seus registros transcritos.

O presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: análise da escravidão brasileira no período colonial e a formação dos quilombos como resistência; estudo sobre as comunidades quilombolas ou “Terras de Preto” de Bequimão/MA; contextualização e transcrição da história da comunidade quilombola Ramal de Quindiuá rememorada a partir dos relatos orais dos mais velhos da comunidade.

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS COMO RESISTÊNCIA

O processo de colonização no Brasil foi marcado por uma expressiva exploração das riquezas naturais do país, como forma de garantir o domínio das terras conquistadas e da própria sobrevivência na Colônia. Para isso, o colonizador português adotou um sistema econômico baseado no escravismo.

No primeiro momento, com o ciclo do pau-brasil, recorreram à exploração do



trabalho dos povos nativos, ou seja, os índios. Apesar da grande resistência dos mesmos ao regime imposto, a escravidão indígena perdurou por muitos anos no Brasil. Por volta da segunda metade do século XVI, a oferta de escravos indígenas começou a declinar.

Dentre os principais fatores, destacam-se as epidemias, a acentuada resistência indígena ao trabalho escravo, as fugas dos índios para o interior do território e o aumento dos custos para capturá-los e transportá-los até o litoral. Desse modo, uma nova alternativa foi buscada a fim de suprir a constante demanda de trabalho na colônia: a África. Os africanos se tornaram a preferência dos colonizadores portugueses; o tráfico passou a ser considerado um grande negócio e fonte de altos lucros, transformando-se na mais importante e lucrativa atividade ultramarina do Atlântico Sul (Albuquerque, 2006).

Ainda de acordo com este autor,

Os números não são precisos, mas estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África (Albuquerque, 2006, p. 39).

O número de escravos no Brasil foi sempre representativo no conjunto da população. Na realidade, o *status* social da época era aquilatado pela quantidade de escravos que alguém pudesse ter. Assim, a importância do cidadão dependia diretamente das suas posses de escravos, pois estes representavam o investimento de capital e a possibilidade de produção. Era tido como mais uma mercadoria, sendo objeto de todo tipo de transação: venda, troca, transferência de proprietário, exposição em feiras etc (Costa, 2008).

O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria. Além de que possuir escravos conferia ao indivíduo posição social. Sabe-se de senhores que colecionavam escravos como colecionavam fazendas. Pelo prazer de sentirem-se importantes e de serem apontados pela coletividade como pessoas de relevo e projeção (Costa, 1998, p. 65/66).



Durante mais de três séculos, o Brasil foi fundamentalmente escravista. Foi uma das primeiras nações do Novo Mundo a organizar a escravidão e a última a extingui-la, fato que só se oficializou com a Lei Áurea⁴, no ano de 1888 (COSTA, 1998).

O Brasil foi a nação americana onde desembarcou o maior número de africanos. Números estes que garantiram a construção e sustentação do país. Sem a participação dos africanos dificilmente os portugueses conseguiriam ocupar as terras, pois no século XVI não havia população suficiente em Portugal para ocupar a Colônia (Albuquerque, 2006).

Durante todo o período em que perdurou o sistema escravista, o negro procurou resistir às condições as quais lhe eram impostas, das mais variadas formas: trabalho mal feito, sabotagem na produção, agressões contra senhores e capatazes, rebeliões, abortos, suicídios e fugas (Fiabani, 2005).

Viver livre do trabalho forçado e da opressão acabava por ser a grande aspiração de homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão. Melhor do que as revoltas organizadas, que se faziam difíceis e perigosas, a alternativa mais simples e comum eram as fugas. Os escravos buscavam refúgio em fazendas, povoados e cidades, onde podiam misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos chamados quilombos.

[...] a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, é claro, diversas formas de resistência negra à escravidão como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos. [...] os quilombos são a materialização da resistência negra à escravidão, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravidão, mas também à discriminação racial e ao preconceito (Silva, 2012, p.6).

Durante toda a sua história de formação, houve quilombos que tiveram vida curta, outros duraram muitos anos, como foi o caso do Quilombo de Limoeiro e do Quilombo dos Palmares. Este último foi o maior e mais duradouro quilombo da história do Brasil, chegando a durar quase 100 anos. O local escolhido era acidentado

4 A Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888, foi a lei que extinguiu a escravidão no Brasil e aconteceu em decorrência de pressões internas e externas. A Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel e sancionada, estando o Imperador D. Pedro II em viagem ao exterior.



e de difícil acesso, coberto de espessa mata tropical que incluía a pindoba (um tipo de palmeira), daí o nome Palmares. Localizava-se na Serra da Barriga, perto de onde hoje é a cidade de União dos Palmares, em Alagoas. Chegou a ter cerca de 30 mil quilombolas e representou um dos maiores exemplos de luta e resistência, sendo considerado o quilombo mais famoso do Brasil (Santos Neto, 2004).

Assim, torna-se possível afirmar que o quilombo no Brasil nasce da resistência cultural e social do negro e representou uma espécie de luta de classes dentro da sociedade escravista brasileira. E como vemos, a Abolição da Escravatura começou a acontecer muito antes do século XIX; e não exatamente pelo episódio do *13 de maio de 1888* por intervenção da princesa Isabel.

O fenômeno *quilombo* existiu e persistiu durante todo o período da escravidão no Brasil. Com a “Abolição da Escravatura”, o quilombo (como sinônimo de agrupamento de escravos fugitivos) acabou e o que restou foram as comunidades remanescentes ou comunidades quilombolas.

Desse modo, a maioria dos quilombolas continuou vivendo nas áreas de seus quilombos. Muitos dos ex-escravos se apossaram das áreas das antigas fazendas e engenhos, uma vez que estas foram abandonadas pelos senhores proprietários. Mesmo depois de abolida a escravidão, os quilombos continuaram se formando, como forma de preservação da cultura e resistência à marginalização e ao preconceito racial. Essas novas comunidades passaram a ser denominadas de diversas formas: redutos de libertos, treze de maio, ex-cativos, redutos etc. Ao longo do tempo a concepção de quilombo foi sofrendo alterações, levando em conta as mudanças sociais e econômicas ocorridas na sociedade. Com isso, as comunidades em questão passaram a receber outras denominações: comunidade remanescente de quilombo, comunidade quilombola, comunidade negra rural, terra de preto etc. São termos construídos por categorias sociais distintas, de pontos de vista diferentes, embora tratem de um mesmo tema (Fiabani, 2005).

Os quilombos nem sempre teriam sido constituídos a partir de movimentos de ruptura com a escravidão, mas também por grupos que desenvolveram práticas cotidianas de manutenção-reprodução de seus modos de vida característicos, através da consolidação de um território próprio (FIABANI, 2005, P. 29).

Em outras palavras, uma comunidade remanescente de quilombo ou



comunidade quilombola pode ser considerada tanto aquela que se originou diretamente de um quilombo durante o período escravocrata, quanto a que se formou após a abolição. O quilombo representou e representa a sobrevivência física e cultural do afrodescendente.

Historicamente, à essas comunidades sempre foram negados direitos fundamentais como educação, saúde, dentre outros. E o mais questionado: o direito à terra. Na Constituição Federal Brasileira de 1988 foi assegurado às *comunidades remanescentes de quilombos* o direito às terras ocupadas. O Artigo 68 prevê: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Apesar desse direito estar garantido por lei, poucas já foram regularizadas pelo Governo Federal.

Essas comunidades estão concentradas em diversos locais deste país, destacando-se na luta pelo resgate da memória, do trabalho coletivo e na preservação das matrizes culturais de seus antepassados. As comunidades quilombolas do Brasil não podem ser vistas apenas como o resultado das relações sociais estabelecidas no período colonial, nem como resultado da abolição da escravidão. Devem, sim, ser observados como sujeitos autônomos como seus ancestrais, de direitos e de identidade própria.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS OU “TERRAS DE PRETO” DE BEQUIMÃO/MA

Os quilombos se multiplicaram no Maranhão, principalmente no século XIX. Hoje essas áreas são mais conhecidas como Terras de Preto⁵, ou seja,

[...] domínios que foram entregues, doados ou adquiridos, com ou sem formalização, por ocasião da decadência das grandes fazendas monocultoras. Esses locais foram ocupados pela população negra que sobreviveu no período pós- Abolição e serviu como base para a formação de comunidades que, em vários casos, ainda residem na terra (Flabanl, 2009, p. 03).

Dentre os municípios maranhenses, Bequimão é um desses que possui algumas situações de comunidades quilombolas ou Terras de Preto. Está localizado na região

⁵ Terras de Preto é uma expressão regionalizada, bastante difundida no meio rural maranhense.



do litoral ocidental maranhense. Possui uma área de 769 km² e uma população de 19.614 mil habitantes (Censo 2010)⁶. A divisão administrativa deste se dá em polos, totalizando 17 polos com 57 povoados.

De acordo com a história do município, nos seus primórdios, esse local era uma aldeia indígena denominada Tapuitininga⁷, localizada na cabeceira do rio Tapuitininga (hoje denominado Itapetininga), que desemboca na baía de Cumã. Os primeiros habitantes foram os índios Tupi-Guarani e os Tupinambás. Fazia limite com Tapuitininga, a aldeia Tapuitapera (hoje, a cidade de Alcântara).

Segundo Pereira (2012), Daniel de La Touche e um grupo de franceses, organizaram em 1612, uma expedição para conquistar o Maranhão. No entanto, foram expulsos pelos portugueses em 1615. Desse modo, Jerônimo de Albuquerque assumiu o governo e Alexandre de Moura criou a Capitania Tapuitapera e Cumã, em 1616. Tapuitininga estava incluída nessa jurisdição. O povoamento da região teve início em 1619, por imigrantes portugueses vindos das ilhas dos Açores e de outras regiões, os quais foram distribuídos em São Luís e na Capitania de Tapuitapera e Cumã.

Nesse contexto, o autor mencionado, acrescenta que:

As aldeias e comunidades indígenas passaram a ser propriedades das capitânicas, e os donatários distribuíam sesmarias aos colonizadores sem se importarem se estavam ou não habitadas pelos nativos. Os novos donos implementavam fazendas, engenhos ou qualquer sistema agropecuário. A produção dependia de mão de obra escrava e a princípio apenas os índios trabalhavam no cativeiro. Posteriormente, escravos africanos foram comprados e utilizados na lavoura. Este sistema cruel de submissão humana foi utilizado pelos colonizadores de Tapuitininga, Tapuitapera e todas as regiões do Maranhão e do Brasil (Pereira, 2012, p. 174).

Ainda segundo o mesmo autor, como os colonizadores necessitavam de mão de obra e de terras para efetivar seu projeto de povoamento, ao penetrarem nas aldeias, escravizavam ou exterminavam os nativos, apesar das lutas travadas pelos indígenas

6 Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=21

7 Existem controvérsias a respeito do verdadeiro nome. Alguns historiadores, ao longo dos tempos, chamaram de maneiras diferentes, denominando: Itapetininga (ita=pedra, pe=caminho, tininha=seco e branco), Tapetininga (tapeti=senhora, senhora de cabelo seco e branco), Tapitininga (tapiti=coelho, coelho de cabelo seco e grande). De acordo com Pereira (2012), a forma correta é Tapuitininga, ou seja, tapuio de cabelo comprido, seco e branco ou casa de tapuio de cabelo comprido, seco e branco.



para defender o seu espaço. Desde o início, os índios resistiram ferozmente à invasão portuguesa, persistindo valentemente para impedir a escravidão, massacre e extermínio de suas etnias (Pereira, 2012).

Às margens do rio Tapuitininga, o cacique Ita-on-goua (Pilão de Pedra) comandava as guerrilhas contra os invasores. Posteriormente, uma parte dessa mesma área é doada para a construção de uma capela em homenagem a Santo Antônio (muito cultuado em Portugal por se tratar do padroeiro de Lisboa). O terreno doado para construir a igreja, ficava em frente ao porto de terra firme dos índios Tupinambás, onde os europeus ancoravam suas caravelas. E foi lá que nasceu a cidade. Mais tarde, em razão da capela de Santo Antônio, a freguesia recebe o nome de Santo Antônio e Almas⁸ (Pereira, 2012).

As terras indígenas deram lugar aos engenhos, fazendas e lavouras. Com a resistência e o extermínio dos povos nativos, uma nova alternativa foi buscada para suprir a necessidade de mão de obra. Para isso, os colonizadores introduziram o escravo africano nessa região, a partir do grande volume de importação de escravos, resultante da assinatura de contrato da Companhia de Comércio do Maranhão, como cita Araújo (2012, p. 78):

No século XVII, o Maranhão recebeu inúmeros carregamentos de escravos africanos. Em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão, assinou um contrato que propunha introduzir dez mil escravos no prazo de 20 anos [...] Na época da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755 – 1777), com a importação de 12 mil escravos iniciou-se um tráfico intenso de escravos, que resultou na importação de 41 mil “peças” entre os anos de 1812-1820.

Segundo Pereira (2012), na primeira metade do século XIX, a freguesia de Santo Antônio e Almas alcançou seu apogeu em matéria de produção agropecuária, conseguindo abastecer o mercado local, além de exportar para a Europa. Tudo isso como fruto do trabalho escravo. No entanto, na segunda metade do mesmo século, a produção entrou em declínio, em função dos altos preços do açúcar e do algodão no mercado externo, além das constantes revoltas dos escravos, abandono das

⁸ A região também recebeu pelos portugueses, a denominação de “Cabeceira” por estar situada no ponto final de navegação de suas embarcações. Segundo Araújo (2012), sob a liderança do capitão José Mariano Gomes de Castro e Holfênio João Cantanhede, em 1923, criou-se o município com a denominação de Godofredo Viana, então governador do Estado. Em 1930, o topônimo foi alterado para Bequimão.



plantações e fugas para as matas. Desse modo, muitas fazendas e engenhos foram vendidos ou abandonados pelos proprietários, dando lugar a grandes aglomerações de negros que não tinham para onde ir, formando assim muitas comunidades quilombolas ou terras de preto em seus arredores.

Atualmente, Bequimão é composta por 57 povoados dos quais uma grande parte se formou a partir de quilombos. Contudo, apenas as comunidades de Ariquipá, Conceição, Juraraitá, Mafra, Marajá, Pericumã, Ramal de Quindiuá, Rio Grande, Santa Rita, Sibéria e Suassui são certificados pela Fundação Cultural Palmares como comunidades quilombolas. Algumas outras encontram-se em processo para emissão das respectivas certidões.

Embora avanços já tenham ocorrido com relação às certificações pela Fundação Cultural Palmares, das comunidades quilombolas ou terras de preto em Bequimão, nenhuma delas possui titulação de seus terrenos.

A HISTÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA RAMAL DE QUINDIUA REMEMORADA PELOS MAIS VELHOS

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA RAMAL DE QUINDIUA

A comunidade quilombola Ramal de Quindiuá está situada no município de Bequimão, no Estado do Maranhão e fica a 11 km da sede desse município.

Para que se possa entender melhor o contexto em que se deu a presente pesquisa, é necessário destacar alguns aspectos relacionados à constituição da comunidade em estudo. É importante frisar que optamos por transcrever as falas dos entrevistados sem correção ou transcrição para a forma culta. Desse modo, é possível captar com maior ênfase as impressões deixadas durante as entrevistas. Além disso, manteremos o anonimato dos envolvidos na pesquisa (utilizaremos apenas as iniciais dos seus nomes).

Em relação à organização comunitária, Ramal de Quindiuá é composta por aproximadamente 110 famílias. Observamos que a maioria dos moradores possui sobrenomes comuns, em maior número os Rodrigues, os Cantanhede e os Amorim, muito provavelmente, sobrenomes dos antigos donos de escravos, adotados por seus



ancestrais.

Essa questão é elucidada por Reis (1996) quando este autor afirma que no Brasil escravista, era comum os ex-escravos adotarem o sobrenome dos seus antigos senhores. Assim, levantamos a hipótese de que os sobrenomes advêm desses primeiros proprietários. Esta suposição é corroborada pela fala do Sr. U. R.C, 66 anos, ex-morador da comunidade e descendente dos donos do Engenho do Baiano, em entrevista concedida em 26/12/2013, ao afirmar que:

[...] porque esse tempo se, se tu era uma rainha, digamos assim; tu comandava naquela região toda. Então aquele povo que era descendente de escravo, pessoas mais assim, já se assinavam com o teu sobrenome. É justamente o que dá Cantanhede e Rodrigues em Ramal... aí tudinho se assinavam com a assinatura dos meus pais e dos meus avós.

Observamos em Ramal de Quindiuá inúmeros problemas de ordem estrutural. Os principais detectados são relacionados à falta de serviços básicos como educação, saúde, habitação, redes de esgoto, calçamento de estradas, transporte, empregos, dentre outros.

Segundo o Sr. J.H.A, 57 anos, (líder comunitário):

Nós temos trabalhado muito antes de nós sermos quilombolas, nós temos trabalhado as políticas públicas, econômicas, sociais para nossa comunidade, mas infelizmente nós não conseguimos na gestão, que nós éramos antes de ser quilombola... Por via de muita burocracia e também por falta também de alguns documentos necessários que a gente não tinha, né? E como a burocracia é muito grande nós não conseguimos acessar na época alguns projetos sociais e econômicos para nossa comunidade. Mas agora com o movimento quilombola nós temos acessando um projeto que tá em processamento na Caixa Federal, nós temos processando aqui 150 casas pra cá pra nossa região, Minha Casa Minha Vida, nós temos também, tá em processamento também mais de 50 cisternas para captação de água pura pra uso humano, tá? E nós temos também correndo atrás também de um poço artesiano para uma rede de abastecimento de água pra nossa comunidade (Entrevista concedida em 23/11/2013).

Fica elucidado, através desta fala, que os benefícios somente passaram a ser captados a partir do momento em que a comunidade foi reconhecida enquanto remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

Atualmente, a comunidade conta com o apoio da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), a qual realiza reuniões periódicas para



discutir questões de interesse local, trabalhando no sentido de promover a capacitação das lideranças, como forma de fortalecimento de sua atuação dentro e fora da comunidade.

Com relação às práticas educativas formais, a comunidade Ramal de Quindiuá tem apenas uma escola, a Unidade Integrada Rui Barbosa, pertencente à rede municipal, caracterizada pelo atendimento em classes de Educação Infantil e do ensino fundamental (1º ao 9º ano).

Imagem 1. Escola da comunidade Ramal de Quindiuá.



Fonte: pesquisa empírica

Se tratando da questão econômica, a comunidade sobrevive basicamente da cultura de subsistência, na forma da agricultura familiar. Suas principais produções são: milho, arroz e mandioca. A comercialização desses produtos é feita em baixa escala. A pesca e a extração de pedras são outras atividades bastante desenvolvidas. Contudo, a prática mais conhecida da comunidade é a extração de areia. Segundo o Sr. J.H.A, esta atividade é desenvolvida por algumas pessoas da comunidade, as quais extraem e vendem o produto:

[...] a areia tem uma extração direta, que é um fluxo de caçamba noite e dia, aqui da região de Santa Rita, né?... é vendido pelas pessoas que realmente fazem a atividade, né? [...] se junta aquele grupinho de três, quatro, cinco, aí tiro três carrada, quatro carrada, cinco carrada e eles vão vendendo e aí tão fazendo aquela economia pra sobreviver (Entrevista concedida em 23/11/2013).

No campo religioso, a comunidade possui uma forte expressão cultural

afrodescendente. As danças e a religião são marcas profundas e consolidam um sincretismo, a exemplo, é possível citar o tambor de crioula, a dança do cacuriá, forró de caixa, além dos rituais nos chamados “terreiros”:

As nossas manifestações culturais aqui são a religião, né? Uma cultura nossa. É o tambor de crioula, nós temos hoje a dança do cacuriá, nós temos também os terreiros de matriz africano, né? E a gente fazia também a cultura do carnaval, nós até deixamos de fazer porque umas pessoas assim que tinham muita habilidade pra conduzir o processo do carnaval já morreram, mas a gente inda faz um barulho de carnaval ainda... e a gente tem o terecô de caixa, né? Nós temos essas culturas ainda... graças a Deus (Sr. J.H.A. Entrevista concedida em 23/11/2013).

Imagem 2. Igreja Católica da comunidade Ramal de Quindiuá.



Fonte: pesquisa empírica

Imagem 3. Igreja Evangélica Adventista da comunidade Ramal de Quindiuá.



212



Fonte: pesquisa empírica

A religião predominante é o Catolicismo (uma herança europeia), porém há crenças religiosas diversificadas, assim como o Protestantismo. De um modo geral, as pessoas frequentam missas, cultos e rituais africanos. A relação dança-religião ou sagrado-profano pode ser vista durante os festejos locais. Geralmente o tambor de crioula (organizado conjuntamente com a comunidade de Santa Rita) é realizado como forma de reverência a São Benedito, dito padroeiro de todos os pretos. O festejo mais expressivo é o do próprio São Benedito, comemorado pela comunidade, sempre no período do natal.

Imagem 4. Tambor de Crioula de Ramal de Quindiuá com a comunidade de Santa Rita.



Fonte: Disponível em
<http://sematurbeq.blogspot.com.br/2013/07/bequi-mao-macomunidades-quilombolas-de.html>

No que diz respeito a sua certificação, a comunidade Ramal de Quindiuá passou pelo processo de reconhecimento seguindo as regras da *autodefinição*⁹ ou

9 Processo pelo qual as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento em nome da mesma. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão



seja, a própria comunidade se reconheceu como remanescente de quilombo. O referido reconhecimento foi expedido em 15 de março de 2010 e publicado no Diário Oficial da União, em 27 de abril de 2010.

Uma constatação é que o espaço ocupado pelos moradores da comunidade, corresponde apenas ao limite entre a estrada e as diversas fazendas existentes no local, de propriedade dos considerados “ricos” da cidade de Bequimão. Elemento este, o qual tem gerado conflitos para dar prosseguimento ao processo de demarcação para fins de titulação deste território quilombola.

HISTÓRIAS OUVIDAS E CONTADAS SOBRE AS ORIGENS DE RAMAL DE QUINDIUA

A história é parte da cultura, do desenvolvimento e da educação do homem e da sua civilização. Neste sentido, os estudos das histórias das comunidades quilombolas, como forma de preservação da sua própria identidade sociocultural, são muito importantes.

Uma das formas de resgate dessas histórias é por meio de metodologias que consistem em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre fatos, acontecimentos, conjunturas, modos de vida, dentre outros aspectos.

De acordo com Santos (2008, p. 02):

A memória é a principal fonte de depoimentos orais e há ligação direta entre o tempo e a história, com o objetivo de construir ligações entre as fontes ou documentos, que podem subsidiar na pesquisa ou formar acervos para os centros de documentação e de pesquisa.

E acrescenta:

A narração pode ser considerada como uma reconstituição do passado a partir do presente. As falas correspondem ao acesso da consciência da pessoa. Neste processo de reflexão, a narração como procedimento de pesquisa serve, ao mesmo tempo, como alternativa de formação, pois permite desvendar os mistérios do próprio sujeito que, muitas vezes, não tinha sido estimulado a

sobre essa autodefinição. O processo para essa certificação obedece a uma norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007). Fonte: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>



expressar organizadamente esses pensamentos. (Santos, 2008, p.13)

Neves (2003) citado por Santos (2008, p. 09) diz que a história oral serve para “revelar novos campos e temas para pesquisa; apresentar novas hipóteses e versões sobre processos já analisados e conhecidos; recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais”.

Diante do exposto, a história oral é mais que uma técnica, pode ser considerada como uma oportunidade de reconstituição do passado, pelo próprio indivíduo. Um dos pontos centrais do uso desse tipo de fonte é a possibilidade de enxergar o sujeito como ser ativo no processo histórico, pois possui a capacidade de lembrar ou reelaborar a própria história e a história do seu povo.

Na perspectiva de conhecer melhor as origens da comunidade Ramal de Quindiuá, os relatos orais tornaram-se as fontes principais trabalhadas. Por meio dos informantes, foi possível pontuar questões relativas às origens da comunidade, à história de vida, aos costumes, às tradições, às festas populares, enfim.

Os resultados dessa pesquisa de campo representam uma maior aproximação com a realidade estudada e a oportunidade de ouvir ou se fazer representar nas falas dos moradores. Assim, optamos em muitos momentos, por descrever detalhes de observações e/ou falas dos entrevistados por julgarmos que dessa forma o leitor consegue abstrair melhor as impressões que tivemos acerca de suas falas. Além disso, uma das intenções dessa pesquisa é dar voz aos sujeitos da mesma.

Os mais velhos tiveram suas vozes valorizadas nesse processo, relatando suas origens, suas memórias e o que “restou do passado”. Para escrever essas histórias, partiu-se da escuta desses idosos, mas também da juventude, visando pesquisar a origem de seus familiares, a identidade construída e o sentimento de pertencimento àquela comunidade.

Os relatos orais dos moradores possibilitaram perceber que o fato de assumir uma identidade ligada ao passado da escravidão significava, para muitos deles, uma novidade estranha ou um estigma depreciativo. Quando se perguntou ao Sr. J.A (72 anos), se o mesmo sabe o que é e/ou se envolve com as questões quilombolas, ele respondeu: “De vez em quando... Porque inaugurarão isso aqui, já veio fazer uma reunião até aqui. Fizero uma reunião aqui desse grupo... Mas eu não participei.”



(Entrevista concedida em 12/10/2013).

Ao ser indagada sobre o possível regime de escravidão dos seus antepassados, a Sra. M.C, 75 anos, afirmou: “... Não! Ele só trabalhava no engenho” (Conversa informal em 19/10/2013).

O Sr. J.H.A, expressa com orgulho o fato de ser um quilombola:

Eu me considero quilombola, é..., do cabelo às unhas dos pés, porque..., a geração dos meus ancestrais, quando eu nasci a minha mãe falava, o meu pai me dizia também, que todos dois eu já, já foram, já morreram, que..., diziam que a mãe do pai da minha mãe, né? Que ela foi, ela veio de uma certa região, não como fugida pra não trabalhar, mas como pra escapar da escravidão, e ela se alojou bem aqui. Então, aqui ela gerou essa família, e eu sou dessa geração. Eu me considero quilombola, sem tirar um *i* da palavra (Entrevista concedida em 23/11/2013).

Esse foi um fator que estimulou o interesse de buscar entender tal realidade por meio da pesquisa, pois enquanto alguns moradores faziam questão de assumirem-se, outros pareciam querer negar a ligação com o passado da escravidão. As palavras “escravo” e “quilombola” eram sempre recebidas com um olhar de desconfiança ou até estranhamento por parte de alguns.

Neste sentido, o Sr. J.H.A tentou explicar o que ocorrera:

[...] nós tamos hoje resgatando essa consciência e esse conhecimento que nós somos quilombolas. Não é fácil entender de um dia pra noite, que todo mundo vai entender que eu sou um quilombola, que aquele é um quilombola. Isso é um processo lento de conscientização e nós tamos conseguindo fazer isso lentamente e nós vamos, eu creio que vamos conseguir deixar todo mundo consciente que ele é e não pode deixar e ser (Entrevista concedida em 23/11/2013).

Observamos que a comunidade passou pelo processo de reconhecimento por parte dos órgãos competentes, mas ainda não conseguiu em sua totalidade, uma conscientização por parte de todos os moradores, o que tem sido trabalhado pelas lideranças locais, a fim de “resgatar” esse passado um tanto esquecido.

Nos primeiros relatos sobre a origem da comunidade, os mesmos foram descritos da seguinte forma:

Olha o primeiro nome era bem ali onde nós morava, era Carará, o primeiro



nome. Agora depois que passaram essa estrada aqui... então, nós que morava lá, vimo pra beira da estrada. Aí botaro o nome de Ramal de Quindiuá, porque bem ai faz uma curva e depois entra pro Quindiuá. Então por isso que botaro esse apelido de Ramal de Quindiuá e até hoje ficou. E cabou o nome do Carará... (Sr. J.A. Entrevista concedida em 12/10/2013).

...A minha tataravó, a avó da minha mãe, ela veio... ela dizia pras pessoas, quando eu me entendi, eu encontrei ela ainda, ela morreu com 110 anos aqui no Carará. Mas quando ela morreu eu fiquei bem criança, pequeno assim, mais ou menos com meus 10 anos; mas eu me lembro tudinho que ela falava perto de mim. Eu lembro até o jeito que ela era, eu lembro. E ela dizia que ela veio de Alcântara, de lá pra cá ela veio a pé, fugida de lá. E ela se acampou aqui. Ela chegou ainda muito jovem e aqui ela se agregou, certo? Aqui ela fez a sua migração, fez a sua família. Então pelo que ela contava da história da infância dela, que ela vivia, então ela já era quilombola de lá, dos negros. Só que ela fugiu de lá pra poder se escapar da escravidão pra cá. Então, daí se originou aqui Ramal de Quindiuá/Carará quilombola. Nós só viemos se dar conta disto, depois de 2009 pra cá, que nós viemos se dar conta que nós somos quilombolas... (Sr. J.H.A. Entrevista concedida em 23/11/2013).

As primeiras famílias que moravo aqui era do meu pai, meu pai, meus tios, foro as primeiras famílias que inauguraro aqui... tudo nascido e criado aqui na área, tudo na área. Quem não era daqui era a mãe deles, a minha vó... pritinha que era uma beleza, a minha vó. Ela veio, sabe de onde ela veio? Veio de Alcântara, novinha... ela veio novinha de Alcântara, se empregou num lugar que tinha ali, chamado Baiano. Lá só tinha gente rico. E ela foi, se empregou lá na fazenda do Baiano. E lá que ela construiu esse namorado, depois de pronta que ela já tava preparada lá, construiu um namorado e foi morar com o namorado e ajeitou meu pai, meus tios, minhas tias, bem aí...(Sr. J.A. Entrevista concedida em 12/10/2013).

Lá essa época que eu me entendi, me lembro pouco, mas me lembro. Lá era casa de forno, era engenho de fazer cana, açúcar, rapadura, tudo fazio lá. Tinha maquina de descascar algodão lá também. E tinha muito gado também lá, besta tinha muito nessa região, tinha muito mesmo... do velho *Chicó*, o dono de lá do Baiano mesmo. Isso me lembra bem. Aí os velho foi morrendo, os filhos foro ficando, aí os filhos já foro vendendo pra outros. Agora a gente tá tudo cercado aqui nesse município nosso. Os filhos não sobero receber o que os velhos deixaro pra eles... Foro tudo embora pra cidade, não ligaro mais e quem ficou pra atrás ficaro sofrendo. (Sr. R.C., 72 anos. Entrevista concedida em 19/10/2013).

No engenho ninguém era mal tratado. Tinha tudo com fartura. Comercio, tinha comercio era muito, tinha tudo que se procurava. Eles vivio lá mais, mais porque vivio desempregado. Iam trabalhar pra ganhar o dinheirinho pra sustentar as famílias, né? (Sra. Margarida, esposa do Sr. J.A. Entrevista concedida em 12/10/2013).

Baiano era rico. Eu inda conheci. Minha mãe ia pra lá e quando vinha de lá ela trazia... a velha dava até a comida pra minha mãe dar pros filhos dela. Nós era tudo piqueno... (Sra. M.C, 75 anos. Entrevista concedida em 19/10/2013).



A Guilhermina, ela trabalhou sim lá junto com a gente. Ela morava num lugar chamado Carará. Conheci muito a velha. Era mãe de Pedro, chamava *Pedro Cavallo*, que era o pai de João de Pedro, hoje. Então, ela criou essa família, morou no Carará, criou essa família todinha lá, que trabalhando lá no engenho, pra cá, pra acolá... O povo da comunidade tudo trabalhava lá no engenho, eles tiravo os assustento deles, era café, era tudo, tudo era lá no engenho. O engenho que era do meu avô, *Vitá*. Depois *Vitá* morreu, ficou pra Francisco, chamavo *Chicó*. E eles eram espanhol. (Sr. U.R, 66 anos. Entrevista concedida em 26/12/2013).

A partir dos relatos orais, tornou-se possível realizar um pequeno resumo da história da comunidade Ramal de Quindiuá, como ela é rememorada por seus moradores.

UMA BREVE SISTEMATIZAÇÃO DAS HISTÓRIAS OUIDAS E CONTADAS

No tempo da escravidão, existiam no território maranhense, muitas fazendas de criação de gado, plantação de cana-de-açúcar, além de grandes engenhos destinados a produção de gêneros como açúcar, cachaça, garapa, rapadura, e onde todo o trabalho era realizado pelos escravos africanos.

Nessa época, havia na cidade de Bequimão/MA uma grande quantidade dessas fazendas com engenhos. Uma delas, de propriedade de espanhóis, ficava situada num lugar chamado “Baiano”. Seu dono se chamava Vital Rodrigues, e posteriormente, com a morte deste, a fazenda foi passada para seu filho Francisco Rodrigues, o *Chicó*, como era mais conhecido.

Na propriedade, além da grande variedade de criação de animais, existia também uma pequena fábrica de tecido, além de um engenho de cana-de-açúcar. Tanto durante o período de escravidão, como depois deste, todas as pessoas que ali viviam e trabalhavam/serviam, tiravam de lá o seu sustento.

Com a Abolição da Escravatura em 1888, o Brasil caminhou aos poucos para uma grande crise econômica, em razão da não possibilidade de importação de novos escravos. Com isso, a maioria das fazendas e engenhos maranhenses declinou, o que levou ao abandono das mesmas por parte de seus donos. E foi o que aconteceu em Baiano: com a falência, os filhos de *Chicó*, venderam o engenho para uma pessoa da



cidade de Pinheiro (município vizinho), repartiram seus quinhões de terra e procuraram outros locais para morar.

Naquela situação, muitos dos ex-escravos e seus descendentes, por não terem para onde ir, acabaram permanecendo na mesma localidade, formando assim um grande quilombo, composto por comunidades que hoje trazem o nome de Santa Rita, Mafra, Quindiuá e Ramal de Quindiuá.

A comunidade Ramal de Quindiuá, acima mencionada, traz uma história de formação bem particular. Para entender como tudo aconteceu, se faz necessário destacar um segundo ponto, relacionado agora a uma pessoa específica, peça importante na constituição desta comunidade: *Guilhermina Rosa Amorim*.

Guilhermina era filha de escravos e nasceu na cidade de Alcântara/MA, há mais de 150 anos. Ainda jovem, como tantos outros negros escravizados, arriscou uma fuga para escapar do regime de escravidão. Segundo memórias de seus descendentes, a mesma fez o trajeto a pé até encontrar abrigo na fazenda do Baiano.

Apesar de a referida fazenda também possuir escravos, naquele lugar, assim como em tantos outros, a submissão já não se manifestava de forma tão severa; pois naquele período a escravidão brasileira já apontava para o seu fim. Em geral, as pessoas serviam em troca de mantimentos ou de alguns trocados.

Guilhermina, ao perceber que aquele poderia ser um lugar seguro para não ser encontrada pelo seu antigo dono, logo se misturou aos escravos existentes no local. Pouco tempo depois, casou-se com Gregório Antonio Amorim, com o qual formou uma família com 07 filhos: Augênio Diego Amorim, Aurino Amorim, Pedro Olicio Amorim, José Amorim, Vita Amorim, Felícia Amorim, e Pedro Emiliano Amorim. A família passou a morar num local um pouco afastado do Baiano, cerca de 2km distante, o qual denominaram de “Carará”. Com algum tempo, os filhos também casaram e formaram suas famílias naquele mesmo local. Além disso, posteriormente, outras famílias foram se deslocando para lá.

Guilhermina morreu no Carará, há pouco mais de 40 anos, com 110 anos de idade. Segundo depoimentos, a mesma sempre foi dedicada ao trabalho na lavoura e até hoje, existe na região do Baiano, inúmeros bananais plantados por ela.

O tempo se passou e por volta dos anos 60, houve por parte do então governo do Estado, a proposta de construção de uma rodovia, assim como uma ponte em cima



do rio Pericumã, a qual ligaria Bequimão a cidade de Central do Maranhão. Posteriormente, foi aberta uma estrada (o que seria o primórdio desta rodovia), que se inicia a partir do povoado de Quindiuá e termina na beira do rio Pericumã.

A formação da comunidade Ramal de Quindiuá, se deu a partir da abertura da via mencionada. Os moradores das regiões do *Carará* e do *Baiano* migraram para a beira da estrada pela facilidade de acesso para a sede do município. Por conta da proximidade com o início da via de acesso com povoado de Quindiuá, a região ocupada pelos novos moradores passou a ser chamada de *Ramal de Quindiuá*.

CONCLUSÃO

A construção do Brasil aconteceu, sobretudo, baseada no esforço do trabalhador escravizado. Por mais de três séculos, esta nação foi profundamente escravista: uma das primeiras do Novo Mundo a organizar o escravismo e a última a exterminá-lo. Também foi aqui que desembarcou o maior número de africanos (Fiabani, 2005).

A dominação pessoal determinada principalmente pela coação era a forma em que se fundamentava a relação entre senhores e escravos. Desse modo, os castigos físicos e as punições eram aspectos marcantes do regime de escravidão, e a obediência, na maior parte das vezes, podia ser mantida por meio do chicote. No entanto, os senhores logo perceberam que não dava para manter a escravidão apenas com violência física, pois os escravos conseguiram impor determinados limites à dominação, reagindo de diversas formas, sem jamais se acomodarem.

Era preciso livrar-se da condição de objeto produtivo imposta pelo escravismo e criar espaços próprios para viverem como seres humanos. Era preciso livrar-se da escravidão, e um dos meios mais utilizados foi a fuga e a formação dos chamados quilombos. A vida nos quilombos possibilitou aos negros uma mudança significativa, onde os mesmos passaram a se sentir “livres”, tendo a oportunidade de sobreviver e modificar sua sorte no mundo da escravidão.

Mesmo após a Abolição da Escravatura, em 1888, o negro continuou excluído da sociedade, e por isso preferiu se manter em suas comunidades ou formar novas, ou seja, continuou no seu quilombo. Por essa razão, o quilombo representou e representa



até hoje a resistência cultural desses povos.

A presente pesquisa retratou a história de uma comunidade quilombola que até então não teve seus registros históricos transcritos. Trata-se também de uma comunidade que tem se esforçado para reivindicar políticas públicas que favoreçam seus moradores nas questões de habitação, trabalho, terra e produção de renda.

Observamos que a memória dos moradores de Ramal de Quindiuá, pouco se manifestava para referir-se ao passado de escravidão, sendo este um tema praticamente silenciado por anos, e somente trazido à tona a partir de interferências externas e depois do processo de reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo.

A comunidade consegue garantir uma ligação com o passado utilizando a memória e a identidade para preservá-lo. As raízes africanas podem ser encontradas nos quilombos contemporâneos, observando a base religiosa, cor da pele, cantos, danças, crenças, etc. A permanência destes moradores nas comunidades é explicada através desta relação memória e identidade, constituídas a partir da preservação de seus aspectos culturais, estruturais e sociais.

De acordo com Barros (1997, p. 31 e 32):

A experiência e formação cultural de um indivíduo são, portanto, o resultado do desenvolvimento, a partir de processos de socialização, de um repertório que, compartilhado com o grupo social a que pertence, viabiliza sua existência e permanência no coletivo. Indivíduo e grupo existem porque partilham um repertório de significados, capaz de tornar possível a comunicação e a identificação.

Para o autor supracitado, o produto cultural, seja qual for o seu formato e suporte (hábitos cotidianos, obras de arte, ritos religiosos, modelos arquitetônicos etc.), é na verdade, a representação de algo que lhe é anterior e maior. Desse modo, os resultados e significados adquiridos usam representações simbólicas inerentes a determinados grupos e sociedades. E acrescenta: “[...] cultura é condição para a construção da história e da memória de um povo e, portanto, formadora de sua identidade” (Barros, 1997, p. 32).

Concluimos com este trabalho, que a comunidade quilombola Ramal de Quindiuá necessita fortalecer sua memória coletiva, através do registro de sua



história, além de fazer conhecer à sua juventude, as histórias de suas raízes, como forma de reforçar e fortalecer sentimentos de pertencimento àquela localidade e à sua cultura. Pretendemos com este estudo contribuir para valorização da identidade cultural, enfocando a importância da sua perpetuação.

É necessário focar na educação das crianças, procurando valorizar a cultura e a memória oral, para que elas cresçam com orgulho de serem e se sentirem quilombolas, e possam assim, levar adiante as tradições do Quilombo Ramal de Quindiuá. Isso também é possível através da educação formal, onde a história da comunidade possa ser contada e recontada, fazendo parte do currículo escolar.

Para que tudo isso não se perca e a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada geração, é preciso que o saber esteja permanentemente repassado para as gerações subsequentes. Essa mediação é feita pela educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido e enquanto condição da própria realização histórica do homem. A história é parte da cultura, do desenvolvimento e da educação do homem e da sua civilização. E exatamente por isso, deve ser preservada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. *Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola: o processo de construção identitária em Rio Grande – Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2012.

BARROS, José Márcio. Cultura, memória e identidade: contribuições ao debate. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 4, n.5, p. 31-36, dez. 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS) atualizadas até a Portaria nº 194/2017, publicada no DOU de 04/07/2017*. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/CERTID%C3%95EEXPEDIDAS%C3%80SCOMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-04-07-2017.pdf>>.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. *Estúdios*



Históricos, [S.l.], n. 2, ago. 2009. Disponível em:
<http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fabiani.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PEREIRA, Domingos de Jesus Costa. *Tapuitininga de aldeia à cidade na Terra de "Santa" Cruz*. São Luís: Unigraf, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROJETO VIDA DE NEGRO. *Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís: SMDH, v. 3, 2002.

_____. *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. São Luís: SMDC, 2005.

REIS, João José; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Jurandir dos. *História oral, fontes documentais e narrativas como recursos metodológicos na educação*. Trabalho publicado no Portal Programa Rede Social Senac, São Paulo, 5 nov 2008. Disponível em: <<http://www.zonadigital.com.br/redes>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

SANTOS NETO, Manoel. *O negro no Maranhão: a trajetória da escravidão, a luta por justiça e por liberdade e a construção da cidadania*. São Luís: [s.n.], 2004.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombo no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA. *Independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos xix-xx*, Bogotá, maio 2012.

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em novembro de 2017*